
Sérgio Chichava¹

WP/CEAUP #2007/11

**Os chefes “tribais são
fantoques”!:
A Frelimo e o poder
tradicional durante a luta
anticolonial na Zambézia**



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO



Partindo de um estudo de caso sobre a relação entre as autoridades tradicionais e a Frelimo durante a luta armada contra o colonialismo português, este artigo procura mostrar que diferentemente da versão oficial, a principal razão porque a Frelimo hostilizou as chefaturas tradicionais não é porque eram ou tinham sido “agentes do inimigo”. O ponto é que as autoridades tradicionais eram socialmente diferentes e por isso não faziam parte do ideal de nação moderna imaginada pela Frelimo, cuja principal elite dirigente era constituída por jovens assimilados e urbanizados. Mas também havia a questão da concorrência pelo poder: as autoridades tradicionais gozavam de uma legitimidade tal sobretudo perto das populações rurais, que era vista pela Frelimo como sendo um perigo ao seu projecto político.

Palavras-chaves: autoridades tradicionais, Luta anticolonial, Zambézia, Frelimo.

Based on a case study about the relationship between the traditional authorities and FRELIMO during the struggle against the Portuguese colonialism for independence, this paper shows that, unlike the official version, the main reason why FRELIMO was hostile to traditional chiefs is not because they were ‘agents of the enemy’. The reason is that the traditional authorities were socially different and therefore they did not fit the ‘ideal nation’ envisaged by Frelimo, whose leadership was dominated by young assimilated from urban areas. In addition, there was a competition for power: the traditional authorities enjoyed legitimacy especially among the rural population, which was perceived by FRELIMO as a danger to its political project.

Key words: Traditional authorities, anti-colonial struggle, Zambézia, Frelimo.



Índice

Introdução

A “frente” zambeziana fracassou porque os régulos eram “agentes do inimigo”

A receptividade das autoridades tradicionais à Frelimo

O chefe de grupo Manuel: um caso notável no apoio à Frelimo

A Frelimo e a visão negativa das chefaturas

O apoio dos pequenos chefes: uma explicação possível



Introdução

No dia 4 de Outubro de 1964, numa acção que marcava o início da luta armada contra o colonialismo português na província da Zambézia, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) ataca a secretaria do Posto Administrativo de Mongué, no actual distrito de Milange, próximo da fronteira com a Niassalândia (actual Malawi). Neste ataque, foi ferido um cabo de terra e um sipaio foi dado como desaparecido. Foram igualmente atacadas duas lojas bem como a casa do administrador local. Dois dias mais tarde, o mesmo administrador a caminho da sede de Milange foi atacado, tendo ele e o seu filho ficado feridos e dois africanos que com ele viajavam encontrados a morte. Alguns dias mais tarde, mais precisamente no dia 24 de Outubro, um grupo de guerrilheiros da Frelimo liderado pelo zambeziano Alberto Mutumula ataca o posto administrativo de Tacuane, tendo como alvo principal, a casa do administrador local. Neste ataque foi saqueado um armazém e libertados alguns prisioneiros que se encontravam numa prisão local². Depois destes ataques, a actividade militar deste movimento decresceu consideravelmente e cerca de oito meses depois, a Frelimo retirava-se da Zambézia sem ter conseguido atingir os seus objectivos.

Uma das razões invocadas para este fracasso, foi a falta de apoio por parte das autoridades tradicionais que, em troca de alguns benefícios, andavam de mãos dadas com os portugueses. Aliás, mesmo as dificuldades enfrentadas pela Frelimo noutras “frentes” de luta foram também atribuídas à colaboração entre o poder tradicional e a administração colonial, consideradas então, “simples instrumentos do colonialismo”. Oficialmente, foram estas as razões evocadas pela Frelimo para combater as autoridades tradicionais. Igualmente, corroborando com este discurso da Frelimo, uma certa literatura científica também acusou o

poder tradicional de ter dificultado a marcha da “revolução popular”. Mas terá sido realmente só por isso que a Frelimo marginalizou o poder tradicional? Será que em toda a parte, as autoridades tradicionais reagiram da mesma forma?

Tomando como exemplo, o antigo distrito de Quelimane (actual província da Zambézia), o objectivo deste artigo é de analisar as relações entre a Frelimo e poder tradicional durante a luta armada. Trata-se de mostrar que o poder tradicional não foi banido simplesmente porque “colaborou com o inimigo”, mas apenas porque era incompatível com o ethos e o habitus da principal elite dirigente da Frelimo. Igualmente, procura-se mostrar que as diferentes instâncias do poder tradicional, não reagiram da mesma forma ao colonialismo ou em relação à Frelimo. O poder tradicional não pode ser visto como uma instituição homogénea.

À partir dos anos 1990³ e embora com algumas reticências, a Frelimo começou a mudar a sua atitude em relação as autoridades tradicionais. Trata-se de uma nova percepção da Frelimo em relação à esta instituição?

A “frente” zambeziana fracassou porque os régulos eram “agentes do inimigo”

Certos autores afirmam que o fracasso da Frelimo na Zambézia explica-se pela falta de apoio dos chefes tradicionais. Contudo, este tipo de análises pressupõe dar primazia ao papel dos régulos, de lhes ver como os únicos detentores do poder, minimizando o papel das outras instâncias do poder tradicional. Este foi também o erro da administração colonial que nas suas diferentes estratégias para valorizar as autoridades tradicionais, sempre privilegiou os ré-



gulos, negligenciando as outras instâncias do poder tradicional tais como os chefes de Grupo de povoações e os chefes de povoação. Ora, a história da guerra na Zambézia mostra bem o importante papel jogado por estes chefes. Ainda segundo estas análises, a falta de apoio dos régulos à Frelimo na Zambézia, explica-se pelo facto de que estes gozavam de um enorme prestígio graças à sua colaboração com as autoridades coloniais. Para Carlos Serra⁴, um dos defensores desta tese, uma das chaves para compreender o fracasso da Frelimo na Zambézia é o papel dos régulos. Estes não teriam aderido à Frelimo porque desde 1945 tinham muitos privilégios, vivendo bem (salários, alojamentos, etc.). A estes privilégios, C. Serra chamou de “mais-valia periférica”. Ainda de acordo com este autor, nos anos 1960, ou seja, quando a Frelimo começa com a luta armada, a dita “mais-valia periférica” era bastante importante. Como podemos ver, esta tese não difere do discurso oficial da Frelimo que serviu de pretexto para desacreditar e combater o poder tradicional. Mas, na Zambézia, poucas, ou mesmo muito poucas autoridades tradicionais viviam bem⁵. Se a luta armada da Frelimo fracassou na Zambézia, não foi por causa dos chefes tradicionais⁶.

A receptividade das autoridades tradicionais à Frelimo

Nas regiões de Morrumbala, Milange e Lugela — as únicas onde a Frelimo efectuou acções militares (mesmo se alguns aderentes ou simpatizantes foram encontrados com cartões deste movimento em Mopeia por exemplo) — a Frelimo beneficiou do apoio de certas autoridades tradicionais, sobretudo dos chefes de grupo de povoações e dos chefes de povoação, quer dizer, dos escalões inferiores das chefaturas.

Por exemplo, na circunscrição de Morrumbala, muitos chefes tradicionais foram presos acusados de apoiar a Frelimo: é o caso dos régulos Viage Gonate do regulado Nhazanza; Punduma Tabanha do regulado Zauara; de Domingos Murire do regulado Murire; de Fabula Macuto do regulado Mecanga; de Lapuquene Quembo, do regulado Gumbe; de Zemca Chote, do regulado Campata; de Alfiche Tole do regulado Murrerremba; de Miquitaio Rebo doregulado Muandiu; de Diniz Binda, do regulado Boroma⁷.

Na circunscrição de Milange, a Frelimo também recebeu o apoio de certos régulos como Muenhare Buanale da regedoria Chitambo, Medissane Cazimbe da regedoria Cazimbe, Diogo Diogo Murta da regedoria Nantuto, do posto administrativo de Molumbo, só para citar alguns exemplos.

Na circunscrição de Lugela, a regedoria Nangoma (cujo regulo tinha sido preso acusado de apoiar a subversão) foi desmantelada e a sua população distribuída pelas diferentes áreas desta administração. Outros régulos do posto administrativo de Tacuane, como Mucuera, e Mucamula, considerados “adeptos” do movimento “subversivo” foram presos.

Os régulos — do escalão superior das chefaturas — encontravam-se perante um dilema: apoiar a “revolução” ou continuarem “fiéis” à administração colonial. Eram um inimigo a abater tanto de um ou de outro lado. Um dos casos mais conhecidos na Zambézia é o do régulo Mudedereia, do posto administrativo de Tacuane, fuzilado pelos portugueses perante uma multidão de mais de 300 pessoas assim como de seus subordinados, acusado de apoiar a “subversão” aquando do ataque a este posto administrativo⁸. O outro é o do régulo Balaleia também de Tacuane, considerado pelos portugueses, como um dos seus “colaboradores mais fiéis”, executado pela Frelimo em Dezembro de 1964, acusado de obstruir a marcha da



“revolução”⁹

Mas no seio do poder tradicional, foi dos chefes de grupo de povoações e os chefes de povoação que a Frelimo recebeu mais apoio em comparação com os régulos. O inspector António Henriques de Oliveira do Serviço de Acção Psicossocial, mostra a seguir ao périplo que efectuou em todo o distrito de Quelimane entre Novembro e Dezembro de 1964, no qual teve vários contactos com as autoridades locais, nomeadamente com as autoridades tradicionais:

“Uma vez estabelecidos os contactos que acabo de citar, [...] atravessei a zona do vale do Chire, compreendida entre a região fronteiriça desde Majua (posto de Mongué) até Megaza, passando por Chilomo e posto Chire. Toda esta linha fronteiriça encontra-se profundamente minada pela subversão, atingindo as populações e as autoridades tradicionais, principalmente os chefes de grupo de povoações e os chefes de povoação. Os agitadores da Frelimo mantêm um contacto estreito com as populações, sobretudo na região de Mongué, tendo conquistado os elementos mais evoluídos e as autoridades tradicionais, ao nível dos chefes de povoação. A campanha de propaganda entre as massas reveste um carácter de intimidação, *mas entre as chefaturas tradicionais, há uma receptividade espontânea e consciente* [o sublinhado é meu].¹⁰

Embora o inspector possa exagerar sobre o carácter intimidatório para a obtenção da adesão, o importante é constatar que um número não negligenciável de autoridades tradicionais estava receptivo aos movimentos “subversivos”. Muitos chefes de grupo de povoações e chefes de povoação foram encontrados por exemplo, com cartões da União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo). O apoio concedido à Frelimo pelos chefes de povoação por exemplo, não pode ser desprezado, visto o seu papel e importância no seio das suas áreas de jurisdição. Ademais, são estes chefes que realizavam (realizam) o grosso do trabalho, como explica o inspector colonial J. F. Rodrigues:

“No norte da Colónia — província da Zambézia e distrito de Tete — os chefes de povoação não são sim-

ples chefes de família, como sucede noutras regiões, mas verdadeiras autoridades que superintendem, em regra, em determinadas áreas onde existe elevado número de pequenas povoações — famílias. Dentro desta organização, são eles na prática, que executam quase todos os trabalhos das respectivas terras, limitando-se os regedores e chefes de grupo ao singelo papel de intermediários das ordens emanadas das Administrações. Não deixa pois, de ter fundamento a sua reclamação que parece justa”¹¹.

O chefe de grupo Manuel: um caso notável no apoio à Frelimo

Um dos exemplos mais marcantes do apoio dos níveis inferiores do poder tradicional é o do chefe de grupo Manuel, da regedoria de Mambucha, na circunscrição de Milange, a poucos quilómetros da fronteira com a Niassalândia. Tratava-se de uma região bastante influenciada pelos eventos políticos desta antiga colónia britânica. Tratava-se também de uma região onde a Frelimo tentava recrutar militantes, tendo conseguido por exemplo, a adesão do chefe de grupo de povoações Manuel, igualmente conhecido por Milha¹².

Em 1964, um pouco antes do início da luta armada da Frelimo, e depois de ter provocado alguns incidentes, Manuel deixou a sua povoação com toda a sua população e todos os seus bens para se juntar à Frelimo na Niassalândia. A população desta povoação era na altura composta por 187 homens, 229 mulheres, 212 rapazes e 180 raparigas¹³, o que mostra a potencial importância de um chefe de grupo de povoações. Como represália, as autoridades portuguesas, na pessoa de Jorge Jardim (vindo expressamente da Beira) queimaram todas as palhotas da povoação Manuel e algumas da povoação Chitambo, cujo régulo também era acusado de apoiar a “subversão”¹⁴.

Na região de Tacuane, aquando do primei-



ro ataque da Frelimo em Outubro de 1964, os guerrilheiros foram apoiados pelas autoridades tradicionais, sobretudo pelos chefes de grupo de povoações e chefes de povoação. Sem o apoio destes chefes o ataque ao posto administrativo de Tacuane não teria conhecido o sucesso que teve. Trata-se por exemplo dos chefes de povoação Conua, Rumala, Indoda, Indavo, Mulaviua e Muconco¹⁵. Como represália, as tropas portuguesas destruíram todas as palhotas das povoações Conua e Rumala¹⁶.

A Frelimo e a visão negativa das chefaturas

Contudo, por causa da visão negativa que tinha do poder tradicional, a Frelimo não mobilizou suficientemente as autoridades tradicionais, o que explica em parte as reticências destes em relação a este movimento durante esta guerra. Desde o princípio, os dirigentes deste movimento viam as autoridades tradicionais como focos de tribalismo e de divisão, sendo por isso incompatíveis com o ideal de nação moderna da Frelimo. Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, mostra claramente no seu livro *“Lutar por Moçambique”*, escrito ainda durante a guerra, a visão deste movimento em relação aos chefes tradicionais:

“Antes da guerra coexistiam duas autoridades: a colonial e a dos chefes tradicionais, subordinados e integrados no sistema colonial, mas retendo apesar de tudo uma certa autonomia. Logo que o poder colonial é destruído pela vitória da guerrilha numa determinada área, surge um vazio administrativo. O poder dos chefes tribais, contudo tem sua origem na sociedade tradicional, e no passado baseava-se numa concepção popular de legitimidade, e não na força. *Isto pode, portanto, vir a criar problemas de tribalismo e regionalismo no futuro.* Durante o período pré-colonial, esta forma de governo tradicional atingiu os seus fins razoavelmente bem dentro de uma área limitada, providenciando uma forma de organização adequada ao interesse da maioria. Mas mesmo nestes casos, de âmbito restrito e com base numa pequena unidade local, *este modelo não pode satisfazer as necessidades de um estado moderno.* Noutras áreas,

este poder continha já um elemento de feudalismo, permitindo a exploração do campesinato que com disfarce metafísico e religioso, era aceite. *A sobrevivência de tais sistemas constitui obviamente um impedimento ao avanço da revolução que tem como objectivo a igualdade social e política.* Além disso, o colonialismo veio perverter todas as estruturas do poder tradicional, encorajando ou introduzindo elementos autoritários e elitistas” [...]. Certamente, quando os chefes se aliam ao poder português, o problema é mais fácil de resolver. Noutras casos, quando os chefes permanecem neutros ou mesmo se manifestam abertamente a favor da luta, o avanço do poder revolucionário tem como efeito o desaparecimento gradual do poder tradicional. Certamente, quando o poder tradicional não apoia activamente a estrutura colonial nem se opõe à revolução, a mudança tem de surgir através de acções positivas, da emergência de novas formas de poder e de novas ideias políticas. A principal arma nesta luta é a educação, tanto geral como política, adquirida através da experiência prática bem como em reuniões, debates e aulas¹⁷.

A assimilação das chefaturas tradicionais ao modelo feudal europeu e por isso incompatível com a visão moderna de Estado impediu a Frelimo de mobilizar suficientemente estas estruturas políticas africanas para o seu projecto de combate ao colonialismo. A Frelimo privilegiou outro tipo de elites negras tais como catequistas, capatazes, interpretes, professores, motoristas, alfaiates, mecânicos, empregados subalternos de escritório, em suma, todos aqueles que sabiam ler e escrever o português — e faziam parte do protótipo da Nação moderna. Na Zambézia podemos citar os casos de Alberto Mutumula, antigo intérprete da circunscrição de Lugela, Abílio Tungululo, antigo professor adventista em Mangassaja; Alexandre Magno antigo catequista e professor na Missão católica Nossa Senhora das Dores de Milange; Alberto Chingamuca, antigo catequista da missão católica de Zalimba e Fumba; Luis Sombua, antigo motorista da Sociedade Agrícola Simbe; Bonifácio Gruveta, antigo mecânico, Lourenço Mutaca, antigo interprete na Administração de Alto-Molocué. etc. Era com estas elites que a Frelimo contava construir o



seu Estado moderno e neste projecto, os chefes tradicionais não tinham espaço. O inspector português António Henriques de Oliveira havia percebido bem esta questão:

“Do meu contacto com as autoridades gentílicas do Gurué e de Lioma, fiquei com a impressão que apesar de serem boçais não tem pela nossa acção, a melhor recepção. O seu estado de alma será francamente receptivo às primeiras manobras [...] da propaganda subversiva que, na minha opinião, não trabalha tão bem com as autoridades tradicionais, da mesma forma que faz com as outras elites negras.”¹⁸

São estas elites socialmente diferentes que ocuparam postos de direcção no seio do movimento, enquanto a maior parte das autoridades tradicionais que se tinham juntado à Frelimo foram relegadas ao simples papel de espectadores. Grande parte dos régulos zambezianos que tinham-se juntado à Frelimo e que encontravam-se nos diferentes campos de refugiados na Niassalândia, encontravam-se numa situação lamentável. Não exerciam nenhuma função de direcção ou outro tipo de função no seio do movimento. Outros trabalhavam nas machambas dos camponeses malawianos para poderem sobreviver pois não recebiam nenhuma ajuda da parte da Frelimo. Era pois normal que alguns de entre eles, humilhados e destabilizados por esta inutilidade organizada, desertassem para o lado português.

O apoio dos pequenos chefes: uma explicação possível

Mas porque é que a Frelimo teve mais apoio dos chefes de grupo de povoações e dos chefes de povoação que dos régulos?

Na hierarquia do poder tradicional, estes chefes eram os mais miseráveis, não recebiam nenhuma remuneração em troca do seu trabalho muito menos consideração. Estes chefes tinham sido sempre negligenciados pelas auto-

ridades coloniais, apesar do seu estatuto legal como os régulos. Os diferentes relatórios da Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas (ISANI)¹⁹ falam sempre das queixas dos chefes de grupo de povoações e dos chefes de povoação que reclamavam uma remuneração. Estas autoridades tradicionais não tinham dinheiro mesmo para comprar uniforme, como ilustra este relatório do Inspector Granjo Pires:

“Cipriano Albaine, chefe de grupo Cussula, Em nome de todos os chefes de grupo de povoações e chefes de povoações, que mais uma vez, levantou a questão do pagamento de gratificações mensais aos chefes de grupo e chefes de povoação, visto serem eles que mais serviços faziam para o Governo e apenas em troca de uma pequena gratificação anual, que nem sequer chega para comprar a farda que são obrigados a usar”²⁰.

É preciso sublinhar também que devido a maneira como está estruturado o poder tradicional, os chefes de grupo de povoações e os chefes de povoação dispunham mais de espaço de manobra em relação os régulos.

Contudo, não se pode ter ilusão em relação à situação socioeconómica dos régulos. Certo, recebiam uma remuneração mensal, mas a grande parte deles vivia miseravelmente. Por exemplo, uma das razões evocadas aquando da adesão das autoridades tradicionais ao movimento “subversivo” no posto administrativo de Mongué, era o seu “baixo prestígio” e a falta de confiança nas autoridades portuguesas. Por “baixo prestígio” tem que se entender um nível de vida modesto e não compatível com o seu estatuto, isto é, um nível de vida que não lhes diferenciava dos simples indígenas.

O Inspector António Henriques de Oliveira havia-se mostrado chocado em 1964 face à situação miserável das autoridades tradicionais de Gurué e Lioma, apesar do facto de que esta região era uma das mais prosperas da Zambézia. Segundo Henriques de Oliveira, as autoridades tradicionais destas regiões faziam parte dos mais miseráveis com que ele tinha



contactado²¹.

Contudo, desde os anos 1940 que a administração portuguesa tinha começado a estender a mão às autoridades tradicionais, elaborando políticas com vista à sua valorização. Era o reconhecimento da impossibilidade de por em prática o seu projecto de colonização sem a colaboração dos chefes tradicionais. Tratava-se de “redescoberta” das chefaturas tradicionais. No caso de Moçambique, foi sob a impulsão do governador José Tristão Bettencourt (1941-1946) que esta política foi posta em prática. No quadro desta política de valorização dos régulos, foi recomendado aos administradores de doravante, fazer-se acompanhar de autoridades tradicionais nas cerimónias públicas de modo a integrar-lhes na administração. A construção de casas de pedra para os régulos foi igualmente prevista. Todavia, esta política dirigia-se apenas aos escalões superiores do poder tradicional, ou seja, aos régulos e não aos chefes de grupos de povoações e chefes de povoação.

Para a construção das casas, os régulos foram divididos em duas categorias: régulos de primeira classe, os que habitavam as zonas algodoeiras e régulos de segunda classe, os que habitavam nas zonas não algodoeiras. A prioridade foi dada aos que habitavam as zonas algodoeiras²². Aos régulos que haviam bem colaborado com as autoridades coloniais uma casa com cobertura de chapas de zinco era construída. No final de 1943, 49 casas de pedra tinham sido construídas em todo o distrito²³. Este número era irrisório em relação ao número de régulos existentes em todo o distrito de Quelimane. Com efeito, após a “reorganização” realizada pelo Estado suprimindo 239 régulos e 1747 chefes de grupos de povoação e chefes de povoação, havia no final dos anos 1940 nesta região 388 régulos e 1088 chefes de grupos de povoações e chefes de povoação²⁴.

Em 1948, a administração colonial decidiu atri-

buir um salário mensal aos régulos. Aos régulos com mais de 500 contribuintes, o salário era de 350 escudos, os que possuíam mais de 1000 contribuintes recebiam um salário mensal de 500 escudos (portaria nº7284, 24 de Março de 1948). Estes salários permaneceram os mesmos até aos finais dos anos 1960. Alguns régulos recebiam apenas 250 escudos.

Nos princípios dos anos 1970, muito poucas autoridades tradicionais tinham por exemplo uma casa de pedra, condição indispensável para aumentar o seu prestígio e diferenciá-los das massas. Uma fonte importante para compreender a situação dos régulos é o fundo ISANI (Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas)²⁵. De acordo com estes relatórios, durante muito tempo os régulos pediam a construção de casa de pedra sem nenhum sucesso. Por exemplo, em 1970 na sede da circunscrição de Milange, uma das regiões onde a Frelimo tinha realizado algumas actividades militares havia dezasseis régulos, treze chefes de grupos de povoações e cento e doze chefes de povoação. Entre os régulos (os únicos a dispor de um salário e direito à uma casa de pedra), dez não tinham casa de pedra, três estavam ainda a construir as suas casas com os seus próprios meios e pediam às autoridades para os ajudar a terminar. A situação dos outros dois não era indicada. Todos queixavam-se da falta de infra-estruturas sociais tais como centros de saúde, escolas, poços de água mas também da falta de gado. No distrito de Quelimane, estes pedidos nunca foram satisfeitos, excepto algumas excepções como atesta por exemplo o relatório de 1971 do Inspector Granjo Pires:

“O pedido mais insistente que me foi apresentado por estas autoridades foi o de lhes serem dadas casas de alvenaria para sua residência ou pelo menos ajuda do governo na sua construção como forma de lhes aumentar o prestígio entre os seus administrados. Um outro pedido que aqui, como em toda parte me foi apresentado, foi o da atribuição de gratificações mensais, pequenas que fossem, aos chefes de



grupo de povoações e chefes de povoação”²⁶.

Foi apenas em 1973 que o governo colonial decidiu remunerar os chefes de grupo, com um salário anual de 2100 escudos, pagos trimestralmente²⁷. Os simples chefes de povoação não foram contemplados.

Com ajuda de todos estes elementos e contrariamente ao discurso oficial, é possível verificar que se a “frente” zambeziana fracassou não foi “por culpa das autoridades tradicionais”. Isso não passava de uma estratégia deliberada da Frelimo para marginalizar esta instituição vista como incompatível com o Estado moderno, porque como dizia o primeiro presidente deste movimento, Eduardo Mondlane, o poder tradicional seria uma fonte de regionalismo e de tribalismo num Estado independente. Ademais, as autoridades tradicionais eram vistas como não constituindo um poder legítimo porque tinham sido pervertidas pelo colonialismo. Isto equivalia a dizer que para a Frelimo as “verdadeiras autoridades tradicionais” tinham deixado de existir com a derrota do imperador Nguni Ngugunhane (changané à semelhança de Eduardo Mondlane e outros principais dirigentes deste movimento) em 1895 e os que restavam não passavam de simples “fantoques”. Mas Ngugunhane, justamente, não era um chefe tradicional, mas um imperador e guerreiro estrangeiro oriundo do *Mfecane* zulu. Entretanto, a Frelimo tinha-o, transformado num arquétipo da resistência primária anticolonial...

Esta política inscrevia-se também na lógica frelimista de se autoproclamar como o único e legítimo representante do povo moçambicano, eliminando todo o concorrente socialmente diferente e susceptível de por em causa o seu poder. A divisa era um só povo, uma só nação, uma só cultura, um só partido a fim de preservar a unidade entre os moçambicanos. Esta visão que confundia unidade e unicidade conduziu inevitavelmente à negação da diver-

sidade das identidades e de interesses no seio da sociedade moçambicana.

Em jeito de conclusão, é preciso sublinhar que a marginalização do poder tradicional considerada uma “estrutura arcaica e feudal” ou “colaboradora do inimigo” pode ser comparada ao combate que a Frelimo operou contra a religião (sobretudo a Igreja católica), contra os assimilados que não tinham aderido à sua luta, contra os “burgueses”, os antigos membros das diferentes instituições coloniais tais como Acção Nacional Popular (o antigo partido único português), Polícia da Segurança pública (PSP), em resumo, contra os chamados “inimigos internos”. Qualquer que tenha sido a teorização feita pela Frelimo, tratava-se de meios sociais capazes de se oporem ou de concorrerem com este partido e sobretudo, de meios sociais estranhos ao *ethos* e ao *habitus* (no sentido bourdieusiano do termo) da principal elite dirigente da Frelimo composta por jovens assimilados, oriundos de meios urbanos ou mesmo sendo originários do meio rural, tinham sido socializados nas cidades.

Segundo Salvador Forquilha (a seguir a um estudo de Allen Isaacman sobre os chefes tradicionais), é provável também, que a elite dirigente da Frelimo compostas maioritariamente pessoas oriundas do Sul de Moçambique, como por exemplo Samora Machel, tenha reagido violentamente em relação às autoridades tradicionais, porque diferentemente às do centro e norte do país, as do sul tinham relativamente prosperado graças as rendas provenientes do sistema do cultivo forçado do algodão e sobretudo, das que provinham dos mineiros moçambicanos na África do Sul, que no seu regresso à casa, tinham a “obrigação moral” de dar-lhes²⁸.

As recentes mudanças da Frelimo em relação às autoridades tradicionais, não significam que este partido tenha uma nova percepção desta instituição. Simplesmente foi forçado à



adaptar-se ao novo contexto político caracterizado pelo multipartidarismo, no qual o poder é conquistado via voto e onde o papel do poder tradicional é determinante para conquista-lo.



Notas

- ¹ Doutorado em Ciências Políticas no Instituto de Estudos Políticos de Bordéus, França. Investigador do Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE), Maputo, Moçambique.
- ² MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, Gabinete do Ministro, assunto: Incidentes, 26 de Outubro de 1964, Lourenço Marques in IANTT/AOS/CO/UL-81, Moçambique. Telegramas do Ministério do Ultramar para as seguintes entidades: Governo-geral de Moçambique, 1961-1966.
- ³ Ver por exemplo, Lei 3/94, Boletim da Republica, I Serie, nº37, 2º Suplemento, 13 de Setembro de 1994, que indica pela primeira vez, as áreas nas quais o Estado (através dos governos locais) pode colaborar com as autoridades tradicionais. Esta lei foi anulada pela lei 2/97 Boletim da Republica, I Serie, nº37, 2º Suplemento, 18 de Fevereiro de 1997.
- ⁴ Carlos SERRA, De la gestion de corps à la gestion des mentalités en Zambézia, Mozambique (1890-1983). Rapports de domination, conformisme et déviance politiques, Thèse de doctorat en sociologie, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, Junho de 1995.
- ⁵ Ver os relatórios do fundo Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas (ISANI) no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) em Maputo de 1937 a 1973.
- ⁶ Para mais detalhes ver S. CHICHAVA, Le "vieux" Mozambique. Étude sur l'identité politique de la Zambézie, Université Montesquieu-Bordeaux IV, Institut d'Études Politiques de Bordeaux, juin 2007 (Tese de doutoramento)
- ⁷ AHM/GOVERNO GERAL, Ficheiro de Regulado, Distrito da Zambézia, Processo T/6, Caixa 903.
- ⁸ A. L. Henriques de OLIVEIRA, Relatório da visita ao Distrito da Zambézia pelo Inspector do Serviço de Acção Psicossocial António Lopes Henriques de Oliveira de 14 de Novembro a 14 de Dezembro de 1964, Lourenço Marques, 23 de Dezembro de 1964, in IANTT/SCCIM, processo 467, Caixa 55.
- ⁹ MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, Gabinete do Ministro, Telegrama recebido do Governador-geral de Moçambique. Assunto : Incidentes, Lourenço Marques, 22 de Dezembro de 1964, in IANTT/AOS/CO/UL-50A, Informações da Pide, 1965.
- ¹⁰ A. L. Henriques de OLIVEIRA, *Relatório da visita ao Distrito da Zambézia ...*, op. cit.
- ¹¹ J. F. RODRIGUES, *Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária feita aos conselhos de Quelimane e Chinde, às circunscrições de Gurue, Ile, Lugela, Massingir, Milange, Nhamarroi, Zambeze e respectivos postos administrativos*, Quelimane, 1944, p. 252-253, in AHM/ISANI, Caixa 62.
- ¹² AHU/MU/GNP/SR10/ PT.10C, Decalques Confidenciais, Junho-Setembro, 1964, Lisboa, 19 de Agosto de 1964.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ A. L. Henriques de OLIVEIRA, *Relatório da visita ao Distrito da Zambézia pelo Inspector do Serviço de Acção Psicossocial António Lopes Henriques de Oliveira de 14 de Novembro a 14 de Dezembro de 1964*, Lourenço Marques, 23 de Dezembro de 1964, in IANTT/SCCIM, processo 467, Caixa 55.
- ¹⁶ Um exemplo de um caso similar ao da Zambézia deu-se no antigo conselho de Amaramba, mais concretamente em Nova Freixo (actual distrito de Cuamba) e Mecanhelas. Trata-se de uma região fronteiriça com a Zambézia, e que constituía um itinerário privilegiado pela Frelimo para penetrar nesta província. Mas a administração portuguesa graças a uma acção psicossocial muito forte (propaganda anti-Frelimo, instrumentalização de clivagens étnicas e sócio-históricas, etc.) aliada à repressão, tinha conseguido o apoio da maioria da população desta região sobretudo dos régulos, impedindo a passagem deste movimento para a Zambézia. Contudo, se grande parte dos régulos apoiou a administração colonial, a maior parte dos chefes de grupo de povoações e dos chefes de povoação teve um comportamento diferente, apoiando a «subversão», tendo alguns deles sido fuzilados Ver S. CHICHAVA, «"Le vieux Mozambique"...», op. cit.
- ¹⁷ Eduardo MONDLANE, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1969, p. 182-183.
- ¹⁸ A. L. Henriques de OLIVEIRA, *Relatório da visita ao Distrito da Zambézia...*, op. cit., p. 46-47.
- ¹⁹ Este fundo encontra-se no Arquivo Histórico de Maputo.
- ²⁰ J. G. PIRES, *Relatório da Inspeção Ordinária ao concelho de Milange pelo Inspector Administrativo João de Granjo Pires de 15 de Novembro 1969 a 7 de Novembro 1970*, Quelimane, 1970, in AHM/



ISANI, Caixa 72.

²¹ A. L. Henriques de OLIVEIRA, *Relatório da visita ao Distrito da Zambézia...*, *op. cit.*, p. 45.

²² Em 1926, o governo havia considerado o algodão, o carvão e a farinha de trigo como os produtos que provocavam o défice da balança comercial de Portugal. Em relação ao algodão, a solução encontrada foi a introdução do seu cultivo obrigatório nas colónias.

²³ L. Vail, L. White, *Capitalism and...*, *op. cit.*, p. 307.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Uma outra fonte importante para estudar a situação das autoridades tradicionais são relatórios dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Moçambique (SCCIM), sobre o "Estudo da situação".

²⁶ J. G. PIRES, *Relatório da Inspeção Ordinária ao Concelho de Quelimane pelo inspector João Granjo Pires de 23 de Novembro 1970 a 3 de Novembro 1971, Quelimane, 1971*, in AHM/ISANI, Caixa 1486.

²⁷ Portaria n° 294/73, Boletim Oficial, n° 31, Lourenço Marques, 13 de Março de 1973.

²⁸ Salvador C. FORQUILHA, *Des autoridades gentílicas aux autoridades comunitárias. Le processus de mobilisation de la chefferie comme ressource politique. État, Chefferie et démocratisation au Mozambique: le cas de Cheringoma*, Université Montesquieu- Bordeaux IV, Institut d'Études Politiques de Bordeaux, Bordéus, Março, 2006.



Autor: Sérgio Chichava

Título: Os chefes "tribais são fantoches"! : A Frelimo e o poder tradicional durante a luta anti-colonial na Zambézia

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-Working Papers

Edição: 11ª (Dez/2007)

ISBN: 978-989-95426-8-6

Localização: <http://www.africanos.eu>

Composição: CP

Referência bibliográfica:

CHICHAVA Sérgio. Ano. Os chefes "tribais são fantoches"! : A Frelimo e o poder tradicional durante a luta anti-colonial na Zambézia. In *e-Working Papers CEAUP*. ISBN:989-95426-8-6. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por importação.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©:É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica. Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).